

## **As despesas públicas municipais como determinante no desenvolvimento humano**

*Municipal public expenditure as a determinant in human development*

*Gastos público municipal como determinante en el desarrollo humano*

---

### **Leandro Saraiva Dantas de Oliveira**

Mestre do Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis (UnB, UFPB e UFRN)

Professor da Universidade Federal do Cariri (UFCA)

Endereço: Rua Inácio Henrique Callou, nº 253, Bairro Limoeiro

CEP: 63030-065 – Juazeiro do Norte/CE - Brasil

E-mail: [leandro.saraiva@ufca.edu.br](mailto:leandro.saraiva@ufca.edu.br)

Telefone: (84) 99911-2178

### **Aneide Oliveira Araújo**

Doutora em Contabilidade pela Universidade de São Paulo (USP)

Professora-Titular Aposentada pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Endereço: Av. Senador Salgado Filho. S/N - Campus Universitário, Bairro Lagoa Nova

CEP: 59076-000 – Natal/RN - Brasil

E-mail: [aneide.ufrn@gmail.com](mailto:aneide.ufrn@gmail.com)

Telefone: (84) 99974-6137

Artigo recebido em 08/05/2017. Revisado por pares em 18/12/2018. Reformulado em 25/03/2019. Recomendado para publicação em 25/03/2019 por Carlos Eduardo Facin Lavarda Editor-Chefe). Publicado em 31/03/2019.

## Resumo

Este estudo tem como objetivo investigar se as despesas públicas municipais impactam no desenvolvimento humano dos municípios brasileiros. Verificou-se, nos resultados em geral, que as despesas funcionais em habitação e urbanismo, saúde e saneamento, e transporte impactaram de forma positiva no desenvolvimento humano nas mais diversas dimensões. Já a despesa em educação e cultura impactou de forma negativa. Desse modo, verifica-se, em geral, que as despesas municipais têm pequeno poder explicativo no desenvolvimento humano dos municípios, seja por uma eventual má alocação dos recursos devido a escolhas públicas inadequadas, ou pela necessidade de analisar o impacto dessas despesas junto com as dos demais entes federativos.

**Palavras-chave:** Eficiência; Despesas públicas; Desenvolvimento humano municipal

## Abstract

*This study aims to investigate whether municipal public expenditures impact development Of Brazilian municipalities. Overall results showed that functional expenditures on housing, urban planning, health and sanitation, and transportation have a positive impact on human development in a wide range of dimensions. Already the expense in education and culture had a negative impact. In this way, it is generally verified that municipal expenditures have little explanatory power in the human development of municipalities, either through a misallocation of resources due to inadequate public choices or the need to analyze the impact of these expenditures together with Of other federative entities.*

**Keywords:** Efficiency; Public expenditure; Municipal human development

## Resumen

*Este estudio tiene como objetivo investigar si el impacto del gasto público municipal en el desarrollo humana de los municipios brasileños. Se encontró, los resultados en general, que los gastos de funcionamiento de la vivienda y el desarrollo urbano, la salud y el saneamiento, el transporte y el impacto positivo sobre el desarrollo humano en varias dimensiones. Ya el gasto en educación y cultura impactado negativamente. Por lo tanto, no es, en general, que el gasto municipal tiene poco poder explicativo en el desarrollo humano de los municipios, ya sea por una posible mala asignación de recursos, debido a la insuficiencia de las decisiones públicas, o la necesidad de analizar el impacto de estos gastos junto a las otras entidades federales.*

**Palabras clave:** Eficiencia; Gasto público; Desarrollo humano municipal

## 1 Introdução

A necessidade ou escolha de o indivíduo viver em sociedade é a razão da existência do próprio Estado que, através do contrato social, delega poderes a este com objetivo de gerir conflitos. Assim, o Estado foi criado como forma de determinar comportamentos para os indivíduos e para que os fortes não eliminassem os fracos, permitindo uma convivência harmoniosa entre os membros da sociedade (MATIAS-PEREIRA, 2010).

Na área econômica, esses conflitos surgem pelo confronto de interesses entre o mercado e os anseios da sociedade de forma geral, pois, do mesmo modo que o mercado se apresenta como um potencial propulsor da produtividade do trabalho, ele também se apresenta com desinteresse em prover todos os tipos de bens, ou de fornecer o que é produzido para aquelas pessoas que não possuem capital para adquiri-las, apresentando, dessa forma, falhas de mercado.

Os estudos da comprovação das falhas de mercado foram importantes para refutar a teoria de mercado eficiente, que defendia que a ação de um mercado livre seria capaz de

maximizar o uso dos fatores de produção, atingindo um estágio de equilíbrio conhecido como ótimo de Pareto - que ocorre quando não for possível melhorar a utilidade de um agente, sem prejudicar a utilidade de qualquer outro agente econômico - sem a necessidade da presença do Estado (RESENDE, 2012).

Com isso, a discussão deixou de ser sobre a necessidade da intervenção do Estado, e passou a ser como essa intervenção deveria ocorrer. Sabe-se que o governo deve exercer três funções na economia: alocativa, distributiva e estabilizadora (MUSGRAVE, 1973). Tais funções têm como principal objetivo complementar as ações do mercado como forma de atingir a eficiência e, assim, atingir o seu principal objetivo: propiciar o bem-estar social.

Para desempenhar esse papel, o Estado se utiliza, em especial, de duas ferramentas das finanças públicas: os tributos e os gastos públicos. O primeiro está relacionado com o poder coercitivo que o Estado possui de arrecadar recursos dos indivíduos como forma de financiar suas atividades que serão colocadas à disposição da sociedade como um todo; o outro é a própria aplicação desses recursos em áreas estabelecidas como prioritárias, já que os recursos não são ilimitados.

Dessa forma, os recursos públicos não podem ser utilizados de qualquer forma, sem haver planejamento adequado, com o qual sempre se deverá buscar a melhor combinação no uso dos gastos públicos com o objetivo de atender às demandas da sociedade, ainda mais levando em consideração as restrições orçamentárias existentes.

Sobre isso, Rossetti (2010, p. 203) afirma que:

A economia examina as opções viáveis que se apresentam aos agentes econômicos – unidades familiares, empresas e governo – para empregar os limitados recursos sob seu comando, tomando decisões racionais diante de alternativas concorrentes. Como os recursos são limitados, qualquer que seja a decisão e por mais racional que possa ter sido a alternativa escolhida, um custo relevante estará sempre presente – o custo de oportunidade.

Assim, o Estado, ao utilizar recursos em uma área específica, deixará de estar aplicando esse mesmo recurso em outra, fazendo com que as ações do governo tenham de ser muito bem planejadas, utilizando, prioritariamente, uma alocação racional, objetivando a maximização de seus resultados.

Nesse cenário, o registro e o controle sobre os gastos por área necessária para o desenvolvimento socioeconômico do país se mostram uma informação importante para a tomada de decisão, seja ela saúde, educação, assistência social, segurança, saneamento básico etc. Com esses fins, a contabilidade pública se utiliza da classificação funcional da despesa.

A classificação funcional divide as dotações constantes no orçamento público em funções e subfunções, buscando evidenciar em que área de ação governamental a despesa será realizada (BRASIL, 2014). Assim, uma análise sobre as informações fornecidas pela contabilidade pública poderia ser capaz de responder quais despesas públicas estão efetivamente contribuindo para o desenvolvimento, priorizando, assim, as suas aplicações.

O estado da arte apresenta diversos trabalhos com resultados sobre a influência das despesas públicas no crescimento econômico dos países, existindo controvérsias em seus resultados. Existem os que apontam uma ligação positiva e os que negam essa afirmação. Mesmo entre os que apresentaram resultados demonstrando existir influência entre os gastos públicos e o crescimento econômico, não existe um consenso entre quais categorias de gastos promovem essa ligação positiva (BAYRAKTAR; MORENO-DODSON, 2012). Além disso, existem outros que comprovam que o gasto público por si só não afeta o crescimento econômico, pois, esse tem que estar associado a outros fatores como, por exemplo, o controle da inflação e o nível de governança (RAJKUMAR; SWAROOP, 2008; ATTARI; JAVED, 2013).

No entanto, a utilização nesses trabalhos do Produto Interno Bruto (PIB) como variável do crescimento econômico, apresentou limitações por medir apenas a dimensão renda do

desenvolvimento, não sendo, portanto, um indicador social mais adequado. Observa-se que países, mesmo apresentando altos índices de crescimento econômico através do seu PIB, podem concomitantemente apresentar uma má distribuição dessa renda e acarretar um aumento da desigualdade social.

Em contraponto ao PIB, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), sendo utilizado para o seu cálculo, além da dimensão renda, mais duas outras dimensões: longevidade e educação, sendo assim, um índice mais apropriado para medir o desenvolvimento social. No Brasil, foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), seguindo as mesmas dimensões do IDH, no entanto, utilizando-se de adequações no método de cálculo, devido à existência de dados mais detalhados obtidos por meio do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado a cada 10 anos.

Portanto, sabendo-se das funções que o Estado tem de exercer na economia pelo fato do mercado, na prática, não se apresentar de forma perfeita, em virtude da existência de falhas de mercado, e, que o exercício dessas funções tem como objetivo atingir o ótimo de Pareto e, conseqüentemente, o bem-estar da sociedade, a questão que emerge e orienta a presente pesquisa é: **As despesas públicas municipais têm algum impacto no desenvolvimento humano local?**

## 2 Referencial teórico

### 2.1 Intervenção Estatal e Federalismo Brasileiro

Nas duas últimas décadas, se houve consenso em torno da necessidade de redefinição do papel do Estado, o mesmo não ocorreu no que diz respeito em direção as reformas. O debate foi polarizado pelos que não queriam o retorno da burocracia e do arcaísmo representado pelo velho estado desenvolvimentista, enquanto outros grupos sociais se posicionavam contrariamente à alternativa neoliberal do estado mínimo, com base nos resultados apresentados por algumas nações que adotaram esse modelo na década de 1980. Apesar da intensidade e dos vencedores dos debates, o que se tem observado é um movimento em direção a uma coordenação mais eficiente entre os diversos poderes públicos e desses com a sociedade civil, num esforço imenso de reequilibrar as relações do poder (VIAN, 2009).

Portanto, observa-se que, atualmente, se tem ido a uma direção de entendimento da necessidade de um funcionamento em conjunto do mercado e do Estado como forma de atingir o ótimo de Pareto, não sendo possível isoladamente nenhum deles capaz de propiciar o bem-estar. Nesse mesmo sentido, assevera Resende (2012, p.13):

[...] teoria das falhas de mercado, em suas mais variadas concepções, é hoje majoritariamente aceita na ciência econômica. O debate a respeito do papel do Estado em uma economia capitalista passou, conseqüentemente, a centrar-se na identificação de falhas de mercado e nas formas de tornar a alocação de recursos mais eficiente. A discussão sobre se o Estado deve ou não intervir na economia para correção de supostas falhas de mercado foi, assim, perdendo cada vez mais espaço para a discussão sobre como o Estado deve intervir.

Assim, não se discute mais sobre a intervenção ou não do Estado na economia, pois já existe consenso sobre a necessidade do Estado se fazer presente em algumas funções econômicas da sociedade com o objetivo de suprir as falhas de mercado. De acordo com Giambiagi e Além (2008, p.9), “a existência do governo é necessária para guiar, corrigir e complementar o sistema de mercado que, sozinho, não é capaz de desempenhar todas as funções econômicas”.

A organização político-administrativa brasileira é composta pela União, Estados, Distrito Federal, e Municípios, onde, em muitas situações, apesar de atuarem em conjunto, preservam as suas autonomias política, administrativa e financeira (GERIGK; CLEMENTE,

2012).

Os municípios se apresentam como a menor unidade administrativa da federação, sendo reconhecido como a instituição que tem a melhor capacidade de levar a presença do estado de forma efetiva ao cidadão, além de poder desempenhar o papel de agente de desenvolvimento local, devendo para isso garantir os recursos necessários para o seu sustento (MATIAS; CAMPELO, 2000; MENEZES, 2002; GERIGK; CLEMENTE, 2012; VIEIRA *et al.*, 2017). Além disso, quando as decisões são tomadas numa esfera mais próxima do cidadão, este tem mais condições de controlar e influenciar nas decisões estatais (LOYOLA, 2017).

Este modelo federativo brasileiro, criado pela constituição de 1988, apesar de ter buscado a superação das tradições centralizadoras do passado ao estabelecer um papel de destaque aos municípios, tem se mostrado ineficaz quanto aos objetivos da autonomia financeira dos entes subnacionais por priorizar as receitas da União (IBRAHIM; SCHWARTZ, 2017).

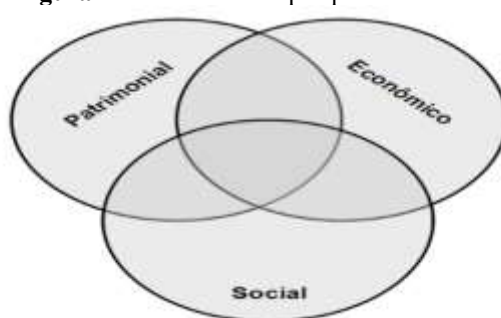
A insuficiência de recursos próprios para suprir as necessidades locais é um inconveniente presente na maioria dos municípios brasileiros, sendo os seus orçamentos fortemente dependentes das transferências fiscais intergovernamentais (GALVARRO *et al.*, 2009; GERIGK; CLEMENTE, 2012; GONÇALVES, 2013).

Os municípios nos últimos anos vêm convivendo com mudanças de ordem financeira, estrutural e comportamental. As de ordem financeira decorrem da escassez dos recursos para financiar os serviços públicos; as de ordem estrutural são devidos a fatores sociais e econômicos quem impõe a ampliação de suas atividades; as de natureza comportamental referem-se à forma de gerenciamento do patrimônio público decorrente, principalmente, das disposições contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal (GERIGK; CLEMENTE, 2012).

## 2.2 Contabilidade Pública Gerencial

A contabilidade não é uma ciência isolada das demais, até mesmo por ser uma ciência social aplicada, necessitando interagir com o mundo ao seu redor, servindo como uma ferramenta, ao ser associada com as demais áreas do conhecimento para solucionar problemas reais. A contabilidade se apresenta com três ambientes de pesquisa distintos: patrimonial, econômico e social.

**Figura 1** - Ambientes da pesquisa contábil:



**Fonte:** Martins (2012)

Os ambientes se sobrepõem e interagem entre si, sendo impossível segregar um do outro na vida real (MARTINS, 2012). O ambiente patrimonial corresponde aos estudos da mensuração da riqueza de uma unidade contábil, na qual se encontram os estudos tradicionais da contabilidade, tendo como característica o normativismo pragmático. Nesse ambiente é discutida, principalmente, a base teórica que dá sustentação à ciência contábil. Por sua vez, o ambiente econômico, ao contrário do ambiente patrimonial, não fica confinado nas fronteiras da entidade em estudo, essas pesquisas buscam compreender como a informação contábil

interage com a economia. Esse ambiente é caracterizado por pesquisas positivas, fundamentando-se “nos conceitos de teoria da agência, teoria contratual da firma, hipóteses de mercado eficiente, teoria das escolhas racionais e nos modelos Ohlson, entre outras, para buscar explicações para a prática” (MARTINS, 2012, p. 206).

Por último, o ambiente social investiga a importância da contabilidade para a sociedade e o comportamento das pessoas ao se utilizarem de informações contábeis. Esse ambiente interage com outras ciências, como, psicologia, ciência política, ciências sociais, entre outras. Hoje, a interface entre os três conjuntos citados acima é bastante grande, principalmente, entre o patrimonial e o econômico e, nos países europeus continentais e latinos, o social” (IUDÍCIBUS, 2013, p.7).

Verifica-se que nenhum estudo contábil pode ser classificado puramente em nenhum desses ambientes, conforme pode ser verificado na figura 1, por existir pontos de intercessão entre eles, o que pode ser dado é um foco maior em um em detrimento do outro.

Por exemplo, estudos podem utiliza-se de dados contábeis quanto aos resultados de entidades públicas – ambiente patrimonial –, para estudar os seus impactos econômicos – ambiente econômico – e sociais – ambiente social. Assim, parte-se da premissa de que o governo seja capaz, ao utilizar de informações gerenciais fornecidas pela contabilidade pública, de tomar decisões racionais no uso dos recursos públicos com o objetivo de fornecer serviços prioritários para maximizar os resultados quanto ao desenvolvimento.

Nos estudos de contabilidade aplicada ao setor público, a alocação dos recursos para a satisfação das necessidades da sociedade pode ser observada sob duas óticas de fundamental importância: a ótica política, que tem relação com o processo de decisão em estabelecer prioridades de alocações de recursos, e, a ótica técnica, que, a partir da ótica política, determina restrições ao poder decisório, ao determinar a utilização permanente de critérios de economia, eficiência, eficácia e avaliação e acompanhamento do planejamento, execução e controle (SILVA, 2011).

Portanto, este trabalho está relacionado à ótica técnica, pois procura estabelecer prioridades na aplicação dos recursos públicos, utilizando-se de conhecimento científico com o objetivo de fornecer informações aos gestores públicos no auxílio da tomada de decisões – ótica política.

A prioridade na alocação dos recursos deve ser estabelecida por meio de criterioso processo de planejamento, entendido como sendo uma ação contínua e dinâmica voltada à identificação das melhores alternativas para o alcance da missão institucional, materializados em planos hierarquicamente interligados (CFC, 2008).

No Brasil, os planos hierarquicamente interligados mais utilizados são: Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e pela Lei Orçamentária Anual – LOA. Após a aprovação dessas leis, os recursos são alocados aos órgãos pertencentes à administração pública direta e indireta, de acordo com seus respectivos programas dos governos a serem executados e, dentro de cada programa, os gastos serão distribuídos em áreas específicas, por meio das despesas funcionais.

De acordo com Brasil (2014, p.48), “a classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação “em que” área de ação governamental a despesa será realizada.” (grifo do autor).

As funções e subfunções utilizadas atualmente foram normatizadas por meio da Portaria nº 42/1999 do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), sendo de utilização obrigatória por todos os entes da Federação, possibilitando a agregação dos gastos nacionais por áreas de ação governamental (BRASIL, 1999).

De forma gerencial, informações fornecidas pela contabilidade sobre os resultados alcançados pelas despesas funcionais, podem colaborar no planejamento de programas de governo visando áreas mais carentes no fornecimento de bens e serviços públicos, além

daquelas que possam propiciar melhores resultados.

### 2.3 Desenvolvimento

Por muitos anos se confundiu desenvolvimento com crescimento econômico. Tinha-se a compreensão de que países em desenvolvimento eram aqueles que possuíam altas taxas de crescimento econômico. No entanto, com o passar do tempo, ao observar esses países mais de perto, verificou-se que alguns deles apresentavam graves problemas sociais, devido à distribuição desigual da renda.

Nesse mesmo sentido, o IPEA (2014, p. 83, grifo do autor) discorre sobre a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento:

Desde o final da Segunda Guerra Mundial até meados dos anos 1970, a palavra *desenvolvimento* confundia-se com o conceito de *crescimento econômico*, pois era entendido, fundamentalmente, como o processo pelo qual o sistema econômico criava e incorporava progresso técnico e ganhos de produtividade, sobretudo, no âmbito das firmas. Entretanto, com a constatação de que os projetos de industrialização haviam sido insuficientes para engendrar processos socialmente incluídos, capazes de eliminar a pobreza estrutural e de combater as desigualdades, passou-se a estabelecer – teórica e politicamente – as distinções entre crescimento e desenvolvimento.

Essa discussão também é realizada na academia, quando a questão está associada a qual índice deve ser utilizado para medir o desenvolvimento de um país, alguns estudos foram realizados no sentido de analisar o impacto das despesas públicas no crescimento econômico (ASCHAUER, 1989; CASHIN, 1995; HERRERA; BLANCO, 2004; ROCHA; GIUBERTI, 2007; ARAGÃO *et al.*, 2012), utilizando-se do PIB. No entanto, segundo Vasconcelos e Garcia (2011), muitos economistas argumentam que o PIB não mede adequadamente o bem-estar da coletividade, ou seja, não reflete as reais condições econômicas e sociais de um país, principalmente por esse indicador não levar em consideração fatores, como: a economia informal; os custos sociais derivados do crescimento econômico, tais como poluição, congestionamentos, piora do meio ambiente etc.; e, as diferenças na distribuição de renda entre vários grupos da sociedade.

Essas limitações do PIB estão relacionadas com o procedimento adotado para o seu cálculo, pois, em sua mensuração, só é utilizado o critério da renda agregada gerada por uma determinada região, dividido o resultado pela população existente, sendo esse um fator importante, mas não único, na mensuração da melhoria de vida de toda a coletividade. Assim, um determinado país pode apresentar ótimos resultados econômicos por meio de um crescimento do seu PIB, entretanto, em contrapartida, pode existir uma má distribuição da renda gerada.

Fato semelhante aconteceu com o Brasil, que foi o país que teve o maior crescimento econômico de 1930 a 1980, mas que, apesar disso, apresentou uma disparidade muito acentuada de nível de renda, principalmente decorrente da falta de qualificação da mão de obra, pois os países que tiveram um crescimento acentuado após a Segunda Guerra Mundial necessitaram de uma demanda abrupta de mão de obra qualificada, que, por ser escassa, obtém ganhos extras superiores aos demais trabalhadores (VASCONCELOS; GARCIA, 2011).

Levando em consideração essas limitações no uso do PIB *per capita*, que considera apenas o aspecto econômico do desenvolvimento, foi criado por Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, que considera em seus cálculos, além da dimensão econômica, a dimensão social, sendo assim, uma medida geral do desenvolvimento humano.

No entanto, também se sabe que o IDH tem suas limitações. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2014, *online*, grifo do autor) discorre sobre eles:

[...] apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não abrange

todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" das pessoas, nem indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. O IDH tem o grande mérito de sintetizar a compreensão do tema e ampliar e fomentar o debate.

Assim, o uso do IDH não esgota a discussão de como se mensurar o desenvolvimento, até mesmo pela complexidade de se definir esse termo, entretanto, contribuiu para o seu aprimoramento, além de ter propiciado uma melhor compreensão do assunto, inclusive servindo para ampliar e fomentar o debate.

### 3 Metodologia

#### 3.1 População e Coleta de Dados

A pesquisa tem como população todos os 5.565 municípios brasileiros, no entanto, após a coleta dos dados foram excluídos 2.189, devido à falta de informações de suas despesas em pelo menos um dos anos do período de 1997 a 2010, provavelmente, por falta do envio dessas informações à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), ou pelo município ter deixado de existir, ou ter sido constituído após o ano de 1997.

As informações relativas às despesas por função foram obtidas através do arquivo Finanças do Brasil (FINBRA), disponibilizado no site da STN. Atualmente, de acordo com a Portaria nº 42/1999 do MPOG, existem 28 despesas funcionais, entretanto, como o estudo parte das despesas funcionais de 1997, se fez necessário adaptar à classificação atual para a vigente no ano de 1997, ficando, assim, com 16 funções, conforme Quadro 1.

**Quadro 1** - Comparativo das despesas funcionais atuais e as adaptadas

<b>Desp. Funcionais Atuais</b>	<b>Desp. Funcionais Adaptadas</b>
1 - Legislativa	1 – Legislativa
2 - Judiciária	2 – Judiciária
3 - Essencial à Justiça	2 – Judiciária
4 - Administração	3 – Administração
5 - Defesa Nacional	6 - Defesa Nacional e Segurança
6 - Segurança Pública	6 - Defesa Nacional e Segurança
7 - Relações Exteriores	11 - Relações Exteriores
8 - Assistência Social	14 - Assistência e Previdência Social
9 - Previdência Social	14 - Assistência e Previdência Social
10 – Saúde	12 - Saúde e Saneamento
11 - Trabalho	13 – Trabalho
12 - Educação	7 - Educação e Cultura
13 - Cultura	7 - Educação e Cultura
14 - Direitos da Cidadania	16 – Outras
15 - Urbanismo	9 - Habitação e Urbanismo
16 - Habitação	9 - Habitação e Urbanismo
17 - Saneamento	12 - Saúde e Saneamento
18 - Gestão Ambiental	9 - Habitação e Urbanismo
19 - Ciência e Tecnologia	16 – Outras
20 - Agricultura	4 – Agricultura
21 - Organização Agrária	16 – Outras
22 - Indústria	10 - Indústria, Comércio e Serviços
23 - Comércio e Serviços	10 - Indústria, Comércio e Serviços
24 - Comunicações	5 – Comunicações
25 - Energia	8 – Energia
26 - Transporte	15 – Transporte
27 - Desporto e Lazer	7 - Educação e Cultura
28 - Encargos Especiais	16 – Outras

Fonte: Adaptado de MPOG (1999).



Após a coleta dos dados, verificou-se que algumas despesas funcionais apresentaram valores zerados em percentuais acima de 45% dos municípios, nos intervalos de despesas utilizados na relação com o IDHM's de 2000 e/ou 2010, sendo: Judiciária, Comunicação, Defesa Nacional e Segurança, Energia, Indústria, Comércio e Serviços, Relações Exteriores, Trabalho, e Outras. Esse comportamento, de apresentar ausência de despesa nessas funções, é ser justificado por não serem competências constitucionais atribuídas aos municípios. Portanto, utilizam-se como variáveis independentes as despesas funcionais em: Legislativa, Administração, Agricultura, Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Saúde e Saneamento, Assistência e Previdência Social, e Transporte.

Os valores dos IDHM's dos anos de 1991, 2000 e 2010 foram obtidos no site do PNUD, e apresentam o score de todos os 5.565 municípios, no entanto, devido à exclusão de alguns municípios do estudo, conforme já mencionado no início do presente subcapítulo, foram utilizados os dados de 3.376 municípios

### 3.2 Tratamento Estatístico

Como ferramenta estatística para a obtenção da resposta de pesquisa, utiliza-se a regressão linear múltipla, que, segundo Larson e Farber (2010, p. 427), é útil ao tentar realizar uma previsão de uma variável dependente – resposta –, a partir de mais de uma variável independente – explanatória.

Uma equação de regressão múltipla tem a seguinte forma:

$$\hat{y} = b + m_1x_1 + m_2x_2 + m_3x_3 + \dots + m_kx_k$$

Onde  $x_1, x_2, x_3, \dots, x_k$  são variáveis independentes,  $b$  é a interseção e  $y$  é a variável dependente.

A interseção  $b$  é o valor de  $y$  quando todos os  $x_i$  são 0. Cada coeficiente  $m_i$  é a quantidade de mudança em  $y$  quando a variável independente  $x_i$  é mudada por uma unidade e todas as outras variáveis independentes são mantidas constantes.

Tem-se como variáveis dependentes ( $y$ ) o IDHM geral e suas dimensões renda – IDHM renda –, longevidade – IDHM longevidade – e educação – IDHM educação –, tanto para 2000, quanto para 2010. Como variáveis independentes ( $x_k$ ) utilizam-se as médias das despesas municipais por função: Legislativa, Planejamento, Agricultura, Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo, Saúde e Saneamento, Assistência e Previdência, e Transporte, do período de 1997 a 1999, como explicativa do IDHM de 2000, e as médias do período de 2000 a 2009 para o IDHM de 2010. Além disso, utiliza-se como variável independente o IDHM obtido pelos municípios na avaliação imediatamente anterior, como forma de captar se o *score* obtido em um período influencia no desenvolvimento humano posterior. Como variável de controle, as despesas anuais antes do cálculo da média foram divididas pela população existente no ano médio do intervalo utilizado, ou seja, para o cálculo das despesas do primeiro período se utilizou a população existente no ano de 1998 e para o segundo período a população do ano de 2004.

Apesar de utilizar-se de quantidade de anos diferentes nos intervalos para explicar o IDHM de 2000 (3 – 1997 a 1999) e IDHM de 2010 (10 – 2000-2009), em função dos dados das despesas funcionais compactadas por ano só estarem disponíveis a partir de 1997, foi mantido o estudo do IDHM de 2000, devido aos estudos anteriores só terem utilizado como objeto de estudo esse período, com exceção de Poker Jr, Nunes e Nunes (2013), possibilitando a comparação dos resultados encontrados.

Durante o trabalho, realizou-se oito regressões independentes, sendo quatro para os anos de 2000 e quatro para o ano de 2010, sendo uma para cada dimensão do IDHM: longevidade, educação e renda, e outra para o IDHM Geral.

Os pressupostos da análise de regressão foram avaliados por meio de quatro estatísticas: FIV para a multicolinearidade, Durbin-Watson para autocorrelação serial, Kolmogorov-

Smirnov para a normalidade dos resíduos e Pesarán-Pesarán para a homocedasticidade. Os dois primeiros são estatísticas definidas por meio de valores limites e os dois últimos são testes avaliados pelo valor-p. Dentre todos os pressupostos testados neste estudo, o único que não é obedecido é o da normalidade dos resíduos, isso ocorre nos modelos dos componentes longevidade do IDHM 2000 e 2010 e no componente renda do IDHM 2010, porém, o teorema do limite central garante que, para amostras grandes, como a utilizada neste trabalho, os resultados têm a mesma validade de casos em que a normalidade é observada.

#### 4 Resultados

Inicialmente apresentam-se os resultados obtidos por meio da análise descritiva dos dados para os períodos de 2000.

**Tabela 1** - Estatísticas descritivas das despesas e IDHM em 2000

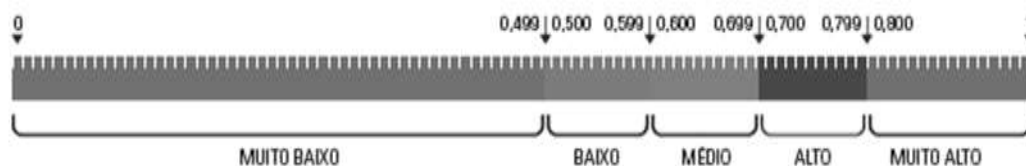
Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Legislativa	19,898	48,490	0,000	2682,821
Planejamento	92,119	216,866	0,000	12152,25
Agricultura	11,323	19,814	0,000	6
Educação e Cultura	131,726	227,345	16,062	629,934
Habitação e Urbanismo	40,097	85,499	0,000	11628,04
Saúde e Saneamento	67,692	67,056	0,680	3
Assistência e Previdência	29,133	134,185	0,000	4579,211
Transporte	37,786	51,822	0,000	2641,312
IDHM-Renda	0,602	0,087	0,331	7703,825
IDHM-Longevidade	0,741	0,061	0,541	1901,037
IDHM-Educação	0,390	0,122	0,052	0,867
IDHM	0,554	0,097	0,222	0,871
				0,740
				0,820

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Observa-se que as únicas despesas que não apresentaram a ausência de gasto como valor mínimo foram na função educação e cultura, saúde e saneamento, o que demonstra, a princípio, fragilidades nos dados obtidos, provavelmente devido a erros na contabilização das despesas pelos diversos municípios brasileiros, pois, não é de se esperar que algum município não tenha, por exemplo, gasto na função legislativa, uma vez que todas possuem câmaras de vereadores, independente do seu tamanho. A despesa com educação e cultura teve a maior média e desvio padrão do período, o que demonstra uma grande desigualdade na capacidade de investimento nessa área entre os municípios brasileiros, o que, a princípio, poderia explicar a diferença entre o desenvolvimento humano dos municípios.

Das dimensões do IDHM 2000, a com maior média é a longevidade e a menor é educação. Considerando os valores extremos, essa tendência se repete: o maior valor observado foi na componente longevidade e o menor na educação. Classificando as médias do IDHM e seus componentes de acordo com a classificação proposta pela própria PNUD na Figura 2, o IDHM longevidade tem uma média alta, o IDHM renda tem média na classificação de índice médio, enquanto o IDHM geral tem média classificada como baixa e, por último, o IDHM educação, que tem média muito baixa.

**Figura 2 - Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal**



Fonte: PNUD (2013).

Após a apresentação dos resultados na análise descritiva de todas as variáveis utilizadas nos modelos para o período de 2000, parte-se para a análise dos resultados do período de 2010.

**Tabela 2 - Estatísticas descritivas das despesas e IDHM em 2010**

Variável	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Legislativa	38,819	28,880	0,000	338,283
Planejamento	182,975	135,643	32,079	1936,725
Agricultura	27,122	40,228	0,000	585,257
Educação e Cultura	307,188	156,192	81,434	2252,063
Habituação e Urbanismo	100,128	93,273	0,000	1948,938
Saúde e Saneamento	233,297	125,905	36,137	2105,774
Assistência e Previdência	63,780	50,200	4,587	644,689
Transporte	65,845	82,813	0,000	1076,322
IDHM-Renda	0,666	0,074	0,450	0,891
IDHM-Longevidade	0,813	0,041	0,672	0,894
IDHM-Educação	0,582	0,090	0,266	0,825
IDHM	0,679	0,067	0,469	0,862

Fonte: Dados da pesquisa (2015).

Verifica-se que as despesas em planejamento, educação e cultura, saúde e saneamento e assistência e previdência apresentaram gastos para todos os municípios, diferentemente do ocorrido em 2000, quando eram apenas as despesas em educação e cultura e saúde e saneamento, já demonstrando uma eventual melhoria nos dados enviados pelos municípios à STN. Assim como em 2000, em 2010 a despesa com educação e cultura teve a maior média e desvio padrão e agricultura a menor média e o menor desvio padrão. A segunda maior média foi a dos gastos com saúde, diferentemente do que ocorreu em 2000, quando havia sido a despesa em planejamento.

O padrão existente no IDHM 2000 se repete em 2010, tanto em relação à média, quanto em relação ao valor máximo observado: o componente do IDHM com maior média é a longevidade e a de menor é educação. As componentes longevidade e renda continuam com suas médias classificadas como alta e média, respectivamente. Já as médias da componente educação e o IDHM geral, subiram um patamar cada, em 2000 elas eram muito baixo e baixo e, em 2010, passaram a ser baixo e médio, respectivamente.

Percebe-se que houve um aumento na média em todas as dimensões do IDHM de 2000 para 2010, o que demonstra uma melhoria na qualidade de vida da sociedade brasileira no respectivo período em estudo, entretanto, surge o questionamento se essa melhoria foi influenciada pelos gastos públicos municipais.

#### 4.1 Resultados Gerais

Com o objetivo de consolidar os resultados encontrados em todos os modelos propostos para os anos de 2000 e de 2010, assim como comparar com os resultados dos trabalhos anteriores, apresenta-se o presente subcapítulo.

No Quadro 2 foram relacionadas as variáveis dependentes com as despesas públicas por

função. As despesas que apresentaram nível de significância, ou seja, que impactaram o IDHM, estão com sinais de “+” ou “-”, dependendo do seu coeficiente, sendo o sinal positivo para aquelas despesas que, quando incrementadas, aumentam o IDHM, e sinal negativo para aquelas com comportamentos inversos. As despesas que não tiveram influência no IDHM estão com os campos vazios.

**Quadro 2 - Modelos Propostos e sua relação com as despesas funcionais**

	Legisl.	Planej.	Agric.	Educ. e Cult.	Habit. e Urb.	Saúde e Saneam.	Assist. e Previd.	Transp.
IDHM Geral 2000			+	+		+		+
IDHM Renda 2000		+	+	-				+
IDHM Longevidade 2000	-	+	-	-	+	+	+	+
IDHM Educação 2000	-			+		+		+
IDHM Geral 2010			+	-	+		-	+
IDHM Renda 2010	-	+	+	-	+	+	+	+
IDHM Longevidade 2010		+		-	+	+		
IDHM Educação 2010	+	-			+	+	-	

**Fonte:** Dados da pesquisa (2015).

Assim, como ocorreu nos estudos de Nova (2006), Santos Filho, Dias Filho e Fernandes (2012), foi possível confirmar que a despesa com Educação e Cultura exerce influência no IDHM geral de 2000, no entanto, não foi verificado o mesmo comportamento para a despesa em Habitação e Urbanismo, conforme tinha sido encontrado nos resultados dos respectivos trabalhos. Além disso, diferente dos trabalhos anteriores, foi possível, também, verificar que as despesas em agricultura, saúde e saneamento e transporte exerceram influência significativa no IDHM geral de 2000. Esses resultados divergentes podem ter ocorrido devido aos trabalhos anteriores terem utilizados apenas municípios de determinados estados, ao contrário deste, que se utiliza de todos os municípios brasileiros.

Verifica-se que, ao se analisar os resultados consolidados obtidos em cada dimensão, isoladamente, com referência aos dois períodos em estudo, nota-se que a única despesa que se manteve nos dois modelos das dimensões do IDHM geral e IDHM educação com influência positiva foi a despesa com saúde e saneamento. Já para a dimensão IDHM renda se mantiveram as despesas com planejamento, agricultura e transporte com coeficientes positivos e educação e cultura com coeficiente negativo. Para a dimensão longevidade foram mantidas as despesas planejamento, habitação e urbanismo e saúde e saneamento com impacto positivo e também a despesa com educação e cultura com coeficiente negativo.

Observa-se, como resultados consolidados por meio da análise de todas as dimensões do IDHM dos dois períodos em estudo, que as despesas em habitação e urbanismo, saúde e saneamento e transporte impactaram positivamente em cinco dos oito modelos propostos, demonstrando, assim, a sua eficiência em propiciar desenvolvimento humano local. Já a despesa com educação e cultura impactou negativamente em cinco dimensões do IDHM em

todo o período, o que vai de encontro ao que seria esperado, pois se presume que um maior gasto em educação impactaria de forma positiva no desenvolvimento humano de uma sociedade, principalmente quando se tratasse do IDHM educação.

Entretanto, este ainda é um assunto controverso, segundo Diniz e Corrar (2011), ainda não há um consenso sobre um possível efeito positivo no desempenho educacional e o aumento dos investimentos na educação. Trabalhos como os de Menezes-Filho e Amaral (2009) Meyer (2010) Gouveia e Souza (2012) Menezes-Filho e Nuñez (2012) Monteiro (2015) Caetano, Avila, Tavares (2017) não encontraram relação entre o gasto público e o desempenho educacional.

Aliás, resultado semelhante já tinha sido obtido por Bussato (2009) quando não encontrou vinculação da melhoria em educação a um maior gasto na função educação, entretanto, diferente daquele, no presente trabalho, encontrou-se indício de existir relação entre um maior gasto na função saúde e saneamento a uma melhor qualidade na saúde da sociedade, por meio de diversas dimensões do desenvolvimento humano.

Ainda em relação ao gasto com educação e cultura, verifica-se um resultado diverso do encontrado por Poker Jr, Nunes e Nunes (2013), que tinham observado que a despesa em educação era significativa para explicar o desenvolvimento humano na dimensão educação para o ano de 2010. A diferença nos resultados pode ser explicada devido ao referido trabalho ter somado os gastos municipais aos estaduais, fazendo com que o benefício do gasto público em educação fosse captado de forma melhor, pois, o município é responsável pelo fornecimento apenas de uma parcela pequena dos serviços em educação, que são aqueles concernentes à educação básica da sociedade. Além disso, deve-se levar em consideração que os municípios possuem em sua grande maioria um orçamento limitado para fazer face às necessidades da população, sendo refém de recursos e ações desenvolvidas pelos demais entes da federação, o que prejudica o poder explicativo de suas despesas.

Obviamente outro ponto que deve ser levado em consideração é uma má aplicação dos recursos públicos disponíveis. Segundo Loyola (2017) como os estados e municípios podem legislar sobre temas comuns, entre eles a educação, isso acarreta a existência de competições entre os entes na oferta de serviços semelhantes, gerando baixa eficiência e desperdício de recursos.

Por fim, observa-se, de forma geral, que as despesas municipais com as funções legislativa e assistência e previdência praticamente não demonstraram impactar positivamente no desenvolvimento humano, sugerindo que esses gastos também são aplicados de forma ineficiente pelos municípios.

## 5 Conclusão e Recomendação

Sabendo-se da necessidade da intervenção estatal como forma de garantir o bem-estar social, pois o mercado agindo sozinho não seria capaz de alcançar o ótimo de Pareto, por apresentar falhas que acabam por ampliar as desigualdades sociais, este trabalho teve como objetivo investigar se as despesas públicas municipais são determinantes no desenvolvimento humano local.

A relação entre as despesas e o IDHM foi mensurada através da construção de modelos, utilizando a regressão linear multivariada. Foi possível confirmar, assim como ocorreu nos estudos de Nova (2006), Santos Filho, Dias Filho e Fernandes (2012), que a despesa com Educação e Cultura exerce influência no IDHM geral de 2000, no entanto, não foi verificado o mesmo comportamento para a despesa em Habitação e Urbanismo, conforme tinha sido encontrado nos resultados dos respectivos trabalhos. Além disso, diferente dos trabalhos anteriores, foi possível, também, verificar que as despesas em agricultura, saúde e saneamento e transporte exerceram influência significativa no IDHM geral de 2000. Esses resultados

divergentes podem ter ocorrido devido aos trabalhos anteriores terem utilizado apenas municípios de determinados estados, ao contrário deste, que se utiliza de todos os municípios brasileiros.

Na análise de regressão múltipla do IDHM 2010, as variáveis agricultura, educação e cultura, habitação e urbanismo, assistência e previdência, transporte e o IDHM 2000 foram significativas, sendo que os investimentos em educação e cultura, e assistência e previdência, apresentaram influência negativa.

Observa-se, como resultados consolidados por meio da análise de todas as dimensões do IDHM dos dois períodos em estudo, que as despesas em habitação e urbanismo, saúde e saneamento e transporte impactaram positivamente em cinco dos oito modelos propostos, demonstrando, assim, a sua eficiência em propiciar desenvolvimento humano local. Já a despesa com educação e cultura impactou negativamente em cinco dimensões do IDHM em todo o período, o que vai de encontro ao que seria esperado, pois se presume que um maior gasto em educação impactaria de forma positiva no desenvolvimento humano de uma sociedade, principalmente quando se tratasse do IDHM educação.

Este resultado na função educação e cultura pode ser explicado devido aos orçamentos limitados que possuem os municípios brasileiros, passando muitos deles por crises financeiras severas, não possuindo recursos próprios para financiar suas atividades, sendo na maioria das vezes, dependentes exclusivamente de recursos advindos dos demais entes federados.

Obviamente outro ponto que deve ser levado em consideração é uma má aplicação dos recursos públicos disponíveis. Segundo Loyola (2017) como os estados e municípios podem legislar sobre temas comuns, entre eles a educação, isso acarreta a existência de competições entre os entes na oferta de serviços semelhantes, gerando baixa eficiência e desperdício de recursos.

Observa-se, ainda, de forma geral, que as despesas municipais com as funções legislativa e planejamento foram as únicas que não influenciaram de forma significativa nenhum dos dois modelos, sugerindo que esses gastos também são aplicados de forma ineficiente pelos municípios.

Desse modo, apesar da limitação verificada por Walle (1998) quanto à inexistência de comparação de como as coisas seriam diferentes na ausência da despesa pública nos estudos que avaliam o seu impacto no desenvolvimento social, verifica-se que a questão de pesquisa foi respondida, ao concluir que as despesas públicas municipais apresentam potencial na melhoria na qualidade de vida da sociedade. No entanto, na prática, observa-se que, em geral, elas não são eficientes na busca de proporcionar o bem-estar social, seja por uma eventual má alocação dos recursos, devido a escolhas públicas inadequadas, ou pela necessidade de analisar o impacto dessas despesas junto com as dos demais entes federativos, para melhor captar o impacto do setor público no bem-estar da sociedade.

Por fim, observou-se que os modelos propostos apresentaram alto poder explicativo do desenvolvimento humano, principalmente devido à inserção do IDHM obtido pelo município na avaliação anterior como variável independente, pois, a pontuação atual obtida por um município no IDHM tem alta correlação com a pontuação obtida anteriormente.

Os resultados encontrados nesta pesquisa devem contribuir para a discussão do assunto, não tendo o objetivo de apresentar conclusões de caráter absoluto, especialmente, quanto à relação entre as despesas públicas municipais e o bem-estar social.

Assim, sugere-se, como pesquisas futuras, a continuação sobre o debate da importância das despesas públicas no bem-estar social, utilizando-se sempre da interdisciplinaridade entre as ciências e campos do conhecimento, especialmente, nos estudos que integrem a Contabilidade, Economia e Administração, com o objetivo de fortalecer a gestão pública.

## Referências

- ARAGAO, C. H. S.; SOBRAL, E. F. M.; SILVA MELO, S. R.; MELO, F. V. S. Impacto das Despesas Públicas por Função no Crescimento Econômico Brasileiro. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 171, 2012. Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/12/asmm.html>. Acesso em: 26 out. 2015.
- ASCHAUER, D. Is public expenditure productive? **Journal of Monetary Economics**, v. 23, p.177-200, 1989. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/0304-3932\(89\)90047-0](https://doi.org/10.1016/0304-3932(89)90047-0). Acesso em: 10 ago. 2015.
- ATTARI, M. I. J.; JAVED, A. Y. Inflation, Economic Growth and Government Expenditure of Pakistan: 1980-2010. **Procedia Economics and Finance**, v. 5, p. 58- 67, 2013. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(13\)00010-5](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(13)00010-5). Acesso em: 26 out. 2015.
- BAYRAKTAR, N.; MORENO-DODSON, B. How can public spending help you grow? an empirical analysis for developing countries. **Bulletin of Economic Research**, v. 67, n. 1, p. 30-35, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8586.2012.00473.x>. Acesso em: 10 ago. 2015.
- BRASIL. Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999. [**Portaria do Ministérios de estado do orçamento e Gestão**]. [Brasília]: Secretaria de Orçamento Federal, 1999. Disponível em: <http://www3.tesouro.gov.br/legislacao/download/contabilidade/portaria42.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2014.
- BRASIL. Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**: aplicado à União, Estados, Distrito Federal e aos Municípios. 6 ed. Brasília: Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, 2014. Disponível em: [http://http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU\\_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o\\_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773](http://http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/456785/CPU_MCASP+6%C2%AA%20edi%C3%A7%C3%A3o_Republ2/fa1ee713-2fd3-4f51-8182-a542ce123773). Acesso em: 20 de jul. 2015.
- BUSSATO, L. M. **Análise da Efetividade da Despesa Pública dos Municípios do Rio Grande do Sul**. 2009. 87p. Monografia (Trabalho de conclusão de curso de Especialização) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.
- CAETANO, C. C. R.; AVILA, L. A. C. de.; TAVARES, M. A relação entre as transferências governamentais, a arrecadação tributária própria e o índice de educação dos municípios do estado de Minas Gerais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n.5, p. 897-916, set./out., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612174433>. Acesso em 03 mar. 2019
- CASHIN, P. Government Spending, Taxes and Economic Growth. **IMF Working Papers**, 1994. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5089/9781451951479.001>. Acesso em 26 ago. 2015.
- CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Resolução nº 1.128/2008, de 21 de novembro de 2008**. Aprova a NBC T 16.1 Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação. Disponível em: [http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes\\_sre.aspx?Codigo=2008/001128](http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2008/001128) . Acesso em 20 jul.

2015.

DINIZ, J. A.; CORRAR, L. J. Análise da relação entre a eficiência e as fontes de recursos dos gastos municipais no ensino fundamental. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 6, n. 1, p. 135-149, 2011. Disponível em: [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v6i1.13232](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v6i1.13232). Acesso em: 03 mar. 2019.

GALVARRO, M. del P. S. Q. S.; BRAGA, M. J.; FERREIRA, M. A. M.; RAMOS, S. de F. O. Disparidades regionais na capacidade de arrecadação dos municípios do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Administração**, v. 8, n. 1, p. 17-48, jan./mar., 2009.

GERIGK, W.; CLEMENTE, A. Gestão financeira dos municípios brasileiros de porte médio. **PRETEXTO**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 34-59, jan./mar., 2012. <http://dx.doi.org/10.21714/pretexto.v13i1.1030>. Acesso em: 20 mar. 2019.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

GONÇALVES, A. L. Os efeitos das transferências fiscais sobre as despesas públicas e arrecadação tributária dos municípios brasileiros. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 15, n. 28, p. 17-27, 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v15i28.2606>. Acesso: 03 mar. 2019.

GOUVEIA, A. B.; SOUZA, A. R. de. Os desafios atuais referentes ao financiamento de uma educação de qualidade. **Revista de Financiamento da Educação**, v. 2, n. 3, p. 1-16, 2012.

HERRERA, S.; BLANCO, F. The quality of fiscal adjustment and the long run growth impact of fiscal policy in Brazil. **Mimeo**, 2004. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/9299>. Acesso em: 02 set. 2015.

IBRAHIM, F. Z.; SCHWARTZ, G. C. G. As contribuições sociais como instrumento de fraude ao pacto federativo. **Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 183-206, jan./jun., 2017. Disponível em: <http://publicacoes.udf.edu.br/index.php/exemplo1/article/view/Zambitte%20Ibrahim%3B%20Schwartz>. Acesso em 10 mar. 2019.

IUDÍCIBUS, S. de. Rumo à Contabilidade Econômica ou à Nobre Origem? **R. Cont. Fin.**, São Paulo, v. 24, n. 61, p. 1-10, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772013000100002>. Acesso em: 26 mar. 2015.

LARSON, R.; FARBER, B. **Estatística aplicada**. 4. ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LOYOLA, P. Autonomia municipal e interdependência federativa: uma análise sobre as mudanças ocorridas no acesso e nos gastos em educação no Brasil (2000–2014). **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 140, p. 767-790, jul./set, 2017.

MARTINS, E. A. **Pesquisa contábil brasileira: uma análise filosófica**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências) - Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.



MATIAS, A. B.; CAMPELLO, C. A. G. B. **Administração financeira municipal**. São Paulo: Atlas, 2000.

MATIAS-PEREIRA, J. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEZES, A. M. F. **O processo de descentralização e as contas públicas**: um estudo sobre as bases financeiras municipais baianas. 2002. Tese (Doutorado em Administração). Curso de pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.

MENEZES-FILHO, N. A.; AMARAL, L. F. L. E. A relação entre gastos educacionais e desempenho escolar. **EconPapers**: economics at your fingertips. Disponível em: [https://econpapers.repec.org/paper/ibmibmecp/wpe\\_5f156.htm](https://econpapers.repec.org/paper/ibmibmecp/wpe_5f156.htm) . Acesso em: 10 mar. 2019.

MENEZES-FILHO, N. A.; NUÑEZ, D. F. Estimando os gastos privados com educação no Brasil. **Policy Paper**, n. 3, 2012.

MEYER, J. J. **Efficiency of fiscal allocations in site-based empowered schools**. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_nlinks&pid=S0034-7612201700050089700032&lng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&pid=S0034-7612201700050089700032&lng=en) . Acesso em: 02 mar. 2019.

MONTEIRO, J. Gasto público em educação e desempenho escolar. **Revista Brasileira de Economia**, v. 69, n. 4, p. 467-488, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5935/0034-7140.20150022>. Acesso em: 02 mar. 2019.

MUSGRAVE, R. A. **Teoria das finanças públicas: um estudo da economia governamental**. Atlas: São Paulo, 1973.

NOVA, M. J. da. **O impacto dos gastos públicos no índice de desenvolvimento humano**: o caso dos municípios do Ceará. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Curso de Pós-Graduação em Economia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro**, 2013. Disponível em: [http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729\\_AtlasPNUD\\_2013.pdf](http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf). Acesso em: 06 dez. 2014.

PNUD. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **O que é o IDH-M**, 2014. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html>. Acesso em: 06 dez. 2014.

POKER JR, J. H.; NUNES, R. da C.; NUNES, S. P. P. Uma avaliação de efetividade e eficiência do gasto em educação em municípios brasileiros. **Caderno de Finanças Públicas**, Brasília, n. 13, p. 263-287, dez, 2013.

RAJKUMAR, A. S.; SWAROOP, V. Public spending and outcomes: Does governance matter? **Journal of Development Economics**, v. 86, p. 96–111, 2008.

RESENDE, C. C. de. **Falhas de Mercado**: uma análise comparativa da Escola do Setor

---

Público Tradicional e da Escola Austríaca. Dissertação (Mestrado Economia do Setor Público) - Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

ROCHA, F.; GIUBERTI, A. C. Composição do gasto público e crescimento econômico: uma avaliação macroeconômica da qualidade dos gastos dos estados brasileiros. **Econ. Apl.**, v.11, n. 4, oct./dec., 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-80502007000400001>. Acesso em: 26 ago. 2015.

ROSSETTI, José P. Introdução à economia. 20 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SANTOS FILHO, M. R. dos.; DIAS FILHO, J. M.; FERNANDES, G. B. Avaliação da capacidade de predição do Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDH-M) a partir das demonstrações contábeis e legais. **Rev. Ciênc. Admin.**, Fortaleza, v. 18, n. 1, p. 83-109, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5020/2318-0722.18.1.%25p>. Acesso em: 10 ago. 2015.

SILVA, L. M. **Contabilidade Governamental**: um Enfoque Administrativo da Nova Contabilidade Pública. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

VASCONCELOS, M. A. S. de.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

VIAN, C. E. de F. **Introdução à economia**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

VIEIRA, M. A.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M.; LOPES, J. do V. S. Implicações do esforço de arrecadação no desempenho socioeconômico dos municípios de Minas Gerais. **Gestão & Regionalidade**, v. 33, n. 99, set./dez., 2017.

WALLE, D. V. de. Assessing the Welfare Impacts of Public Spending. **World Development**, v. 26, n. 3, p. 365-379, 1998. Disponível em: [https://doi.org/10.1016/S0305-750X\(97\)10064-X](https://doi.org/10.1016/S0305-750X(97)10064-X). Acesso em 10 ago. 2015